



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2012

PROCESSO DE COMPRA N.º 279/2012 – PREGÃO ELETRÔNICO

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, na sede do TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, daqui em diante designado meramente TRT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.773.524/0001-03, neste ato representado por seu Diretor-Geral Evandro Luiz Michelon, portador da Carteira de Identidade RG n.º 19.948.491-0 e do CPF/MF 107.974.688-97, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por delegação de competência, pela Portaria GP 06/2008, artigo 1º, inciso XXVII, publicada no DOE - Poder Judiciário - de 11/02/2008, em conformidade com o resultado do Processo de Compra n.º 0279/2012 – Pregão Eletrônico - SRP, devidamente homologado à fl. 102 do aludido processo, resolve, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como da Lei n.º 10.520/02, do Decreto 5.450/2005 e do Decreto n.º 3.931/2001, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa doravante designada PRESTADOR DE SERVIÇOS, em conformidade com o Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem.

PRESTADOR DE SERVIÇOS

EAP Engenharia Ltda. - EPP, com sede na Rua Augusto Dias da Silva, Vila Industrial, Campinas/SP, CEP 13035-040, inscrita no CNPJ n.º 07.550.869/0001-59, fone: (19) 3272-8836 e fax: (19) 3272-8847; e-mail: eapengenharia@yahoo.com.br, neste ato representada pelo Sr. Francisco de Quadros, portador da Carteira de Identidade n.º 16.567.968-SSP/SP e do CPF n.º 068.894.388-84 e pelo Sr. Angelo Palermo de Camargo, portador da Carteira de Identidade n.º 8.081.876- SSP/SP e do CPF n.º 966.534.428-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação dos serviços de desentupimento e correlatos, nas instalações hidráulicas dos Edifícios-Sede Administrativo e Judiciário, Fórum Trabalhista de Campinas e Anexos I, II e III, localizados na cidade de Campinas, incluindo o fornecimento e troca dos materiais, tais como rejunte, cimento, vedantes e outros que se fizerem necessários nessa linha, conforme descrição, preço e demais especificações constantes do Anexo a este instrumento – Preço Registrado e PRESTADOR DE SERVIÇOS.

Parágrafo Único - A existência de preços registrados não obriga o TRT a solicitar o serviço, sendo facultada a realização de licitação específica para o objeto pretendido, assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviços em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, a prestação do serviço registrado, na quantidade que for precisa, mediante Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço.

2.1.1. A Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao PRESTADOR DE SERVIÇO, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o PRESTADOR DE SERVIÇO não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço deverá ser retirada junto ao Serviço/Setor emissor, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

convocação.

2.1.1.1. Caso o PRESTADOR DE SERVIÇO não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem do prazo de execução dos serviços.

2.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

2.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço no prazo previsto, bem como a constatação da situação irregular do PRESTADOR DE SERVIÇOS perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, e Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – PGFN/RFB), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CEF) e perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Ordem de Execução de Serviço, ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

2.2. Obrigar-se-á a atender o chamado ordinário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Tribunal.

2.3. Obrigar-se-á a atender o chamado emergencial no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da comunicação do Tribunal.

2.4. Obrigar-se-á a oferecer garantia dos serviços pelo prazo de, no mínimo, **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS – O PRESTADOR DE SERVIÇOS se compromete a respeitar todas as condições estabelecidas nesta Ata, obrigando-se ainda a:

3.1. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, nem mesmo durante a vigência da garantia dos serviços, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

3.2. Responsabilizar-se pela qualidade do serviço executado, especialmente para efeito de refazimento imediato, no caso de não atendimento ao solicitado.

3.3. Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, conforme disposto nos subitens 12.6, 12.6.1 e 12.8 do edital.

3.4. Não ter entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para o exercício de função de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça,



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

conforme disposto nos subitens 12.7, 12.7.1 e 12.8 do Edital.

3.5. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência desta Ata.

3.6. Comunicar, durante a vigência desta Ata, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

3.7. Comunicar, via relatório, quaisquer necessidades de serviços verificadas.

3.8. Fornecer aos seus empregados, com a devida qualidade e conservação, todas as ferramentas e materiais necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços.

3.9. Comunicar previamente ao Tribunal a identificação de seus empregados, fornecendo nome completo e RG, para as devidas autorizações de entrada, a cada serviço a ser realizado.

3.10. Equipar seus empregados com uniformes e identificação da empresa, crachás com identificação funcional, e equipamentos de proteção individual (EPIs)

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

4.1. O PRESTADOR DE SERVIÇOS será responsabilizado civil e administrativamente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT, e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

4.2. O PRESTADOR DE SERVIÇOS se responsabilizará pelos encargos trabalhistas e fiscais, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, uma vez inexistir vínculo deles com o TRT.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os serviços, devidamente executados em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento, serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no ato da prestação dos serviços, de acordo com todas as especificações constantes deste edital, acompanhados das respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso I, alínea “a” da Lei n.º 8.666/93.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da prestação de serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador de Manutenção do TRT, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei n.º 8.666/1993. 5.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, as quantidades, os valores unitário e total e o número do processo que deu origem à aquisição (Processo de Compra n.º 0279/2012 – Pregão Eletrônico - SRP).



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

5.2.2. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, não podendo o PRESTADOR DE SERVIÇOS, em nenhuma hipótese, interromper os demais serviços eventualmente pendentes, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇOS, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

5.3. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS no processo licitatório, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

5.4. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do PRESTADOR DE SERVIÇOS, refere-se aos trâmites interbancários.

CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

6.1. O PRESTADOR DE SERVIÇOS que, injustificadamente, não apresentar documentação exigida para o certame, apresentar declaração falsa, não assinar a Ata de Registro de Preços, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajustado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais.

6.2. Salvo a existência de motivo expressamente justificado e aceito, a inexecução total ou parcial do ajustado ensejará sua rescisão pela Administração, pelos motivos, na forma e com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88 do mesmo instituto legal.

6.3. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos serviços executados em atraso, contado a partir primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido nesta Ata, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- até o sétimo dia de atraso, multa única de 1% (um por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).

6.4. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

6.5. A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

6.6. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao PRESTADOR DE SERVIÇOS o contraditório e a prévia defesa

6.7. Se o PRESTADOR DE SERVIÇOS não efetuar a execução dos serviços em até 10 (dez) dias após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado.

6.8. A rescisão do ajustado por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇOS, por inexecução do



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

ajustado ou pela não entrega dos serviços, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou do serviço não executado.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO - Constituem motivos para a rescisão deste ajuste as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízos das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA - O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - A prestação de serviços será acompanhado e fiscalizado pelo Coordenador de Manutenção do TRT, designado gestor da presente ata.

CLÁUSULA DEZ: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT - O TRT se compromete a dar plena e fiel execução à presente Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos serviços efetivamente executados e definitivamente recebidos.

CLÁUSULA ONZE: DO PREÇO - Os preços (valores unitários) dos serviços a serem executados são os constantes no Anexo a esta Ata.

Parágrafo Único – Já estão incluídas nos valores constantes no *caput* desta cláusula, todas as despesas de transporte, embalagens, impostos, contribuições, seguros, e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta Ata.

CLÁUSULA DOZE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS – As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão do ajuste por culpa do PRESTADOR DE SERVIÇOS, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Único – Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do PRESTADOR DE SERVIÇOS. Inexistindo crédito em favor do PRESTADOR DE SERVIÇOS, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

CLÁUSULA TREZE: DAS TRANSFORMAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA ATA – Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o PRESTADOR DE SERVIÇOS, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1) O PRESTADOR DE SERVIÇOS remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculada esta Ata, em especial as regularidades estabelecidas no item 2.1.3. da cláusula 2ª (apresentação de certidões do FGTS, da Justiça do Trabalho e da Secretaria da Receita Federal do Brasil);

2) A empresa seja beneficiária da cessão ou transferência também em decorrência das hipóteses de transformação previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993; e



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

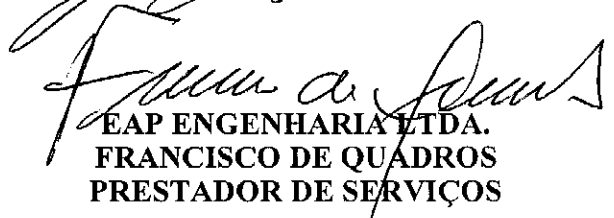
3) Não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA QUATORZE: DO FORO –Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, 06 de novembro de 2012.


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
EVANDRO LUIZ MICHELON
PRT


EAP ENGENHARIA LTDA.
FRANCISCO DE QUADROS
PRESTADOR DE SERVIÇOS


EAP ENGENHARIA LTDA.
ANGELO PALERMO DE CAMARGO
PRESTADOR DE SERVIÇOS



ANEXO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 081/2012

PROCESSO DE COMPRA N.º 279/2012 – PREGÃO ELETRÔNICO

PREÇO REGISTRADO E PRESTADOR DE SERVIÇOS

PRESTADOR DE SERVIÇOS: EAP Engenharia Ltda. – EPP

Item	Descrição	Quantidade (unidade)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Desentupimento de caixa de gordura em condição emergencial.	05	188,71	943,55
02	Desentupimento de mictórios.	100	70,00	7.000,00
03	Desentupimento de lavatórios de sanitários.	60	56,67	3.420,20
04	Desentupimento de vasos sanitários.	100	76,67	7.667,00
05	Desentupimento de ralos de sanitários e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50	101,67	5.083,50
06	Desentupimento de ralos de copa e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50	101,67	5.083,50
07	Desentupimento de ralos de mictórios e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50	101,67	5.083,50
08	Desentupimento de ralos (sala de máquinas) de ar-condicionado.	20	73,33	1.466,60
09	Desentupimento de pias de copa.	20	76,67	1.533,40
10	Desentupimento de caixa sifonada.	50	63,33	3.166,50
11	Desentupimento de redes de pia de copa.	20	266,65	5.333,00
12	Limpeza de ralos, mictórios, vasos sanitários, pias e lavatórios, e desincrustação retirando a borra que se forma nos mesmos, para evitar odor.	50	116,67	5.833,50
13	Instalação de bolsas (para evitar odor) em vasos sanitários.	100	106,67	10.667,00
14	Rejuntamento e fixação, com parafusos, de vasos sanitários.	100	86,67	8.667,00
15	Desentupimentos de condutores de águas fluviais.	40	85,00	3.400,00
16	Retirada de água em fossos coletores de água de solo freático, elevadores e outros reservatórios sujeitos a inundação.	100	419,76	41.976,00
17	Desentupimento de tubulações de esgoto.	30	200,00	6.000,00
18	Troca de vaso sanitário quebrado.	30	350,00	10.500,00
19	Troca de mictório quebrado.	30	425,00	12.750,00
20	Troca de ralo quebrado com reparos	20	266,67	5.333,40

LOTE
01



Secretaria da Administração – Seção de Licitações

		nas bordas para fixação do ralo.			
21		Troca de válvula de mictórios e sanitários.	20	326,67	6.533,40
22		Afixação de lavatórios e pias com massa plástica.	20	160,00	3.200,00
23		Afixação de cubas de pia com massa plástica.	10	160,00	1.600,00
Valor Total: R\$ 162.221,05					
Prazo de chamado ordinário: máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Tribunal.					
Prazo de chamado emergencial: máximo de 02 (duas) horas, a contar da comunicação do Tribunal.					
Prazo de garantia dos serviços: no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo por este Tribunal.					
Locais de execução dos serviços: Edifícios-Sede Administrativo e Judiciário, Fórum Trabalhista de Campinas e Anexos.					
Validade da Ata: 05/11/13.					